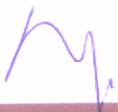




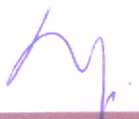
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA UNIÃO INTERNACIONAL DE JUÍZES DE LÍNGUA PORTUGUESA - UIJLP

Ao 1º dia de novembro de 2024, às 08h30 horas, na sala Adágio do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa (UIJLP), estando **presentes os seguintes membros:** Associação dos Juizes de Angola (AJA), representada pelo seu Presidente, **Juiz Esmael Diogo da Silva**, e pela **Juíza Isabel Celeste Hulilapi**, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UIJLP; Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), representada pelo seu Presidente, **Juiz Frederico Mendes Júnior**, e pelo **Juiz Marcos Antonio de Souza Lima**, indicado como delegado da AMB, presente, também, o Secretário de Relações Internacionais da AMB e Secretário Executivo da UIJLP, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**; Associação Sindical dos Magistrados Guineenses (ASMAGUI), representada pelo seu Presidente **Juiz Lassana Camará** e pelo juiz **Carlos Alberto Romano da Cruz Vieira**, Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), representada pela seu Presidente **Juiz Nuno Miguel de Jesus Lopes Matos** e pelo juiz **Pedro Miguel Vieira**; Associação Moçambicana de Juizes (AMJ), representada pelo 1º Vice-Presidente **Juiz Jafete Sigoto André Fremo**, pela Secretária Executiva, **Juíza Sandra Francisca de Rimbane Fungulane Emilio**;-----**Ausentes, justificadamente, os membros:** Associação Sindical dos Juizes Cabo-verdianos (ASJCV), Associação Sindical dos Magistrados Judiciais São-Tomenses (ASSIMAJUS) e a Associação dos Magistrados Judiciais de Timor-Leste (AMJTL).----- No dia, hora e local acima descritos, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, **Juíza Isabel Celeste Hulilapi (AJA)**, abriu os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa (UIJLP), agradecendo a todos os presentes e em especial a receptividade do presidente da AMB, **Juiz Frederico Mendes Júnior**, e demais magistrados brasileiros, passando a ter a palavra o Presidente da UIJLP, **Juiz Carlos Pedro Mondlane**, que cumprimentou os presentes na pessoa do Presidente da AMB, **Juiz Frederico Mendes Júnior**. Agradeceu o presidente da AMAPAR, **Juiz Marcel Ferreira dos Santos**, pela parceria quem vem sendo fortalecida entre as instituições. Cumprimentou as várias delegações presentes. Destacou que esta reunião entre os países da lusofonia é de extrema importância para discussão de matérias relevantes da atualidade no âmbito da UIJLP, como a tecnologia de IA, devido à





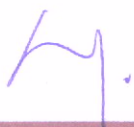
adoção desigual da ferramenta nos países lusófonos; direitos humanos; acesso ao judiciário; trocas de experiências e valores culturais que esse encontro proporciona. Enfatizou o associativismo e a possibilidade de suporte mútuo que ele proporciona, relembrando a ausência das delegações de Timor Leste, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe decorrente da falta de recursos dessas associações. Finalizou apontando que o papel da UIJLP é auxiliar no fortalecimento do Estado Democrático de direito nos países que a compõem.-----Com a palavra o Secretário Executivo da UIJLP, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, cumprimentou a todos os presentes, em especial ao presidente da UIJLP, **Juiz Carlos Pedro Mondlane** e ao presidente da AMB, **Juiz Frederico Mendes Júnior**, pela disponibilidade em trazer a reunião da assembleia geral ordinária para Foz do Iguaçu-----Procedeu-se a indicação de um secretário ad hoc para a presente Assembleia Geral Ordinária, indicando-se para o cargo o **Juiz Marcos Antônio de Souza Lima**, o que foi aprovado por todos os presentes.-----o Secretário Executivo da UIJLP, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, explicou sobre a exigência do Conservador das Pessoas Jurídicas da Cidade de Praia, sede da UIJLP, acerca da necessidade de um Conselho Fiscal e declaração de patrimônio de forma a regularizar a personalidade jurídica da UIJLP-----1. Emenda do Estatuto; O Sr. Secretário Executivo, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, destacou a necessidade e importância da regularização da existência da UIJLP como pessoa jurídica constituída. Apontou as vantagens que a regularização viabiliza, relembrando o histórico dos trabalhos de formalização. Apontou a necessidade de constituição de um Conselho Fiscal, bem como do levantamento de patrimônio da associação, exigência do Conservador de Praia, em Cabo Verde, mediante alteração do Estatuto. Já foram registradas duas emendas ao estatuto, há a necessidade de uma terceira emenda, para criação do referido conselho fiscal, cuja proposta foi encaminhada no dia 4 de junho para avaliação.-----o Presidente da Associação de Magistrados da Guiné Bissau, **Juiz Lassana Camará** sugeriu uma alteração na redação da alteração estatutária, haja vista que há menção à “Diretoria”, palavra que deveria ser substituída por “Conselho Executivo”. O Presidente da Associação de Juizes de Angola, **Juiz Esmael Diogo da Silva**, pediu para que a sugestão do Presidente da ASMAGUI, **Juiz Lassana Camará**, constasse na ata como uma observação meramente formal, sem necessidade de modificação da redação, a fim de que o estatuto fosse assinado na forma já impressa. A Presidente de Mesa da AGO, **Juíza Isabel Celeste Hulilapi**, abriu a votação





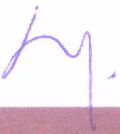
para aprovação da alteração do estatuto, tendo sido aprovada por unanimidade. Em seguida, foi apresentada apenas uma lista de candidatos a membros do Conselho Fiscal: a) titulares: **Juiz Marcos Antonio de Souza Lima**, como Presidente; **Juíza Sandra Francisca de Rimbane Fungulane Emilio** e **Juiz Esmael Diogo da Silva**, como vogais; b) suplentes: **Juiz Lassana Camará** e **Juiz Jafete Sigoto André Fremo**. Em votação, os nomes foram aceitos por unanimidade e imediatamente tomaram posse em seus respectivos cargos.-----

-Em seguida o Sr. Secretário Executivo, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, informou que UIJLP faz neste ato a sua declaração expressa de patrimônio, que consiste no montante de €7.790,00 (sete mil, setecentos e noventa euros), valor depositado em conta bancária da Associação Sindical dos Juizes Portugueses em Lisboa, Portugal – ASJP, não havendo outros bens móveis ou imóveis de propriedade da UIJLP. Os membros da delegação de Portugal, Juizes **Nuno Miguel de Jesus Lopes Matos** e **Pedro Miguel Vieira**, confirmaram que o valor de de €7.790,00 (sete mil, setecentos e noventa euros) é de propriedade da UIJLP e está depositado em conta bancária da ASJP-----Após, o Sr. Secretário Executivo da UIJLP, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, realizou a prestação de contas dos exercícios de 2023 e 2024, oportunidade em que foi declarado que não houve utilização dos recursos da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa, tampouco despesas no período.-----Passou-se, então, à Reunião do Conselho Fiscal da UIJLP, o qual, deliberando por unanimidade, recomendou à Assembleia Geral a aprovação das contas dos exercícios de 2023 e 2024. Por unanimidade, a Assembleia Geral aprovou as contas dos exercícios de 2023 e 2024.----- O Sr. Secretário Executivo, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, fez a entrega, individualmente, aos representantes das Associações presentes, das vias dos Estatutos com as alterações aprovadas, para que todos os presentes assinassem e rubricassem os Estatutos reformados, entregando, aos presentes, uma via original dos Estatutos, já emendados e assinados, para cada Associação nacional arquivar em seu respectivo país, preservando duas vias para serem arquivadas na sede da UIJLP em Cabo Verde.-----**2. Pagamento das anuidades:** O Sr. Secretário Executivo, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, informou que há uma conta gráfica com o valor de 7.790,00 euros, valor depositado em conta bancária da ASJP em Lisboa, referentes às anuidades pagas pelas Associações nacionais. O **Juiz Nuno Miguel de Jesus Lopes Matos**, presidente da ASJP, mencionou que o pagamento das anuidades atualmente está sendo






efetuado na conta da Associação Sindical dos Juizes Portugueses. Ele ressaltou a importância de, após a regularização do registro da UIJLP, a associação ter uma conta própria para o recebimento das anuidades. Solicitou, ainda, a substituição da anterior Tesoureira da UJLP, Juíza Nélia de Brito, para que o cargo de Tesoureiro da UIJLP seja exercido pelo **Juiz Pedro Miguel Vieira**. A presidente da mesa da AGO, **Juíza Isabel Celeste Hulilapi**, abriu a votação para a substituição requerida, o que foi aprovado por unanimidade.-----O Tesoureiro, **Juiz Pedro Miguel Vieira**, relatou sobre as anuidades pagas pelas associações, mencionando que as associações de Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste não realizaram o pagamento das anuidades referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024. A associação de Angola fez o pagamento parcial da mensalidade, tendo aportado €190,00 (cento e noventa euros) dos €300,00 (trezentos euros) devidos para 2022, não tendo pagado os anos de 2023 e 2024. Brasil, Portugal, Guiné-Bissau e Cabo Verde pagaram as mensalidades de 2024, sendo que o Brasil já está com a cota de 2025 quitada. O presidente de Angola e os representantes de Moçambique comentaram sobre as dificuldades que enfrentam para realizar os pagamentos em virtude das peculiaridades dos seus respectivos países, os quais suportam restrições internacionais para envio de divisas ao exterior. Na ocasião, o presidente da UIJLP, juiz **Carlos Pedro Mondlane**, falando sobre Moçambique, apresentou proposta de que o pagamento das anuidades pudesse ser realizado por formas alternativas, inclusive em espécie. O Tesoureiro, **Juiz Pedro Miguel Vieira**, informou que há viabilidade do pagamento em espécie, não havendo oposição dos presentes.-----**3. Definição do local da Assembleia Geral Ordinária de 2025:** O Presidente da Associação dos Juizes de Angola, Esmael Diogo da Silva, colocou a cidade de Luanda, Angola, para realização da próxima Assembleia Geral Ordinária com data anunciada oportunamente, o que foi aprovado à unanimidade.-----**4. Carta de Foz do Iguaçu sobre Inteligência Artificial no Poder Judiciário:** O Secretário Executivo, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, na qualidade de Secretário de Relações Internacionais da AMB, apresentou a Carta de Foz do Iguaçu sobre o uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) na Justiça. Na ocasião, discorreu sobre a importância do tema, ressaltou princípios inegociáveis no desenvolvimento dessas ferramentas: ética, personalidade, responsabilidade, indelegabilidade do processo decisório. Na sequência, os presentes se pronunciaram sobre o tema. Por Angola, o Presidente da AJA, **Juiz Esmael Diogo da Silva**,





elogiou a qualidade da Carta e apontou que o documento será indicado aos órgãos internos do Poder Judiciário Angolano. Por Portugal, o Presidente da ASJP, **Juiz Nuno Miguel de Jesus Lopes Matos**, também parabenizou a elaboração da Carta e ressaltou os aspectos humanos por ela abordados, seguido pelo Tesoureiro da UIJLP, Juiz **Pedro Miguel Vieira**, que indicou que o uso da inteligência artificial deve proporcionar uma justiça de pessoas para pessoas. Pelo Brasil, o Presidente da AMB, **Juiz Frederico Mendes Junior**, destacou que a relevância de uma entidade passa pelo envolvimento em grandes assuntos, de modo que a carta contribui para a afirmação da UIJLP no cenário associativo. Por Guiné Bissau, o Presidente da ASMAGUI, **Juiz Lassana Camará**, destacou a importância da Carta, apontando que a Guiné Bissau está distante de enfrentar os desafios decorrentes do uso da inteligência artificial, pois ainda lida com a realidade dos processos físicos, mas que a discussão é importante para o futuro da justiça de seu país. A Presidente da Mesa da Assembleia Geral, **Juíza Isabel Celeste Hulilapi**, apesar das vantagens do uso da IA, destacou a preocupação com os potenciais prejuízos que o mau uso da inteligência artificial pode causar, em especial a desumanização das decisões e o desenvolvimento de vieses preconceituosos pela ferramenta. A Carta de Foz do Iguaçu sobre o uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) na Justiça foi aprovada por unanimidade.-----**5. Relatório dos membros integrantes da UIJLP:** O Presidente UIJLP, **Juiz Carlos Pedro Mondlane**, mencionou que na última reunião da UIJLP ficou definido que a apresentação do relatório seria preferencialmente por escrito, para ter registros de memória institucional. Apresentaram oralmente o relatório: Presidente da AJA, **Juiz Esmael Diogo da Silva**, cumprimentou a todos os presentes leu seu relatório, ressaltando sobre a situação do associativismo e sobre o Judiciário em Angola. Presidente da AMB, **Juiz Frederico Mendes Júnior**, mencionou da importância da UIJLP, relatou que esses organismos organizacionais de alguma forma influenciam e são influenciado. Encontros internacionais como este propiciam um ganho individual a quem participa, porém não pode ser somente esse troca pessoal, tem que existir um aspecto transformador, o discurso tem que se tornar uma ação. Presidente da ASMAGUI, **Juiz Lassana Camará** leu o relatório sobre a situação da Associação e do Poder Judiciário em Guiné-Bissau. Vice-Presidente da AMJ, **Juiz Jafete Sigoto André Fremo**, leu seu relatório sobre a situação do Poder Judiciário em Moçambique. Presidente da ASJP, **Juiz Nuno Miguel de Jesus Lopes Matos** relatou sobre





as questões relevantes acerca do Judiciário em Portugal, complementado pelo **Juiz Pedro Miguel Vieira**.-----**5. Relatório da UIJLP:** O presidente da UIJLP, **Juiz Carlos Pedro Mondlane**, solicitou ao Secretário Executivo, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, que apresentasse o relatório da UIJLP. O Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto apresentou as atividades desempenhadas pela UIJLP durante o ano de 2024, conforme o plano de ação traçado na cidade da Praia, Cabo Verde. Ele destacou a importância de auxiliar na formação dos juizes e organizar eventos. Mencionou o webinar online realizado, onde teve um feedback muito positivo. Também foi realizado um curso de formação continuada em Angola, com o tema "Ética". Relatou, ainda, que a Escola da Magistratura do Paraná - EMAP promoveu um curso de formação de formadores para juizes de Angola e mencionou o evento realizado em setembro em Maputo sobre independência do Judiciário, associativismo e sistema eleitoral, com a participação das Associações nacionais de Angola, Brasil e Moçambique.-----**6.** Na sequência o Secretário Executivo da UIJLP, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, solicitou fosse dada a **palavra aos convidados presentes**, referindo-se a cada um deles: A Juíza **Flávia da Costa Viana**, Presidente Honorária da UIJLP, cumprimentou aos presentes e recordou os trabalhos realizados quando estava à frente da UIJLP. Mencionou a importância de saber ouvir como dirigentes associativos. O **Juiz Clayton de Albuquerque Maranhão**, Vice-Presidente da AMAPAR e membro do CPJ da AMB, mencionou a honra em participar deste momento. Relembrou a realização de cursos da AMAPAR/EMAP com UIJLP quando estava à frente da EMAP, durante o período da pandemia, na gestão do Presidente Honorário da AMAPAR, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, atual Secretário Executivo da UIJLP. Lembrou da conversa com o **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, que teve a ideia de oferecer cursos virtuais para os colegas da UIJLP. O **Juiz Walter Rocha Barone**, Vice-Presidente da União Internacional de Magistrados UIM, agradeceu a oportunidade em participar como convidado na Assembleia Geral da UIJLP. Mencionou a honra que teve em organizar a AGO realizada em São Paulo e cumprimentou em especial o trabalho realizado pelo **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto** na UIJLP. Colocou-se à disposição para tratar sobre as atividades da UIM. O **Juiz Marcel Ferreira dos Santos**, Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná AMAPAR, parabenizou o trabalho realizado pela UIJLP. Mencionou que sempre ouvia falar sobre a UIJLP, mas poder participar e ver o trabalho que é feito é uma experiência

M.



enriquecedora. Ressaltou que a visibilidade dos países de língua portuguesa reforça as respectivas instituições, apontando o acerto da nova visão associativa que vem se consolidando no Brasil, capitaneada pela AMB na pessoa de seu Presidente **Juiz Frederico Mendes Junior**. Relatou sobre os cursos que estão sendo preparados pela EMAP com temas atuais e importantes para magistratura como um todo. Na sequência, o **Juiz Marcos Antônio de Souza Lima**, Presidente do Conselho Fiscal da UIJLP, agradeceu ao presidente da AMB, **Juiz Frederico Mendes Junior**, pela indicação ao Conselho Fiscal e às delegações pela confiança, fazendo votos de exercer um bom trabalho. O **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, Secretário Executivo da UIJLP, agradeceu a editora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana UNILA, que doou livros sobre a passagem de Santos Dumont nas Cataratas, de forma que pudessem ser distribuídos aos integrantes da UIJLP, e agradeceu o apoio institucional da ITAIPU BINACIONAL, em especial ao Diretor-Geral Brasileiro, Enio José Verri, ao Diretor Jurídico Luiz Fernando Ferreira Delazari, e equipe. Na ocasião, saudou os demais membros da Associação Moçambicana de Juizes (AMJ) ainda não mencionados, a saber a **Juíza Eza Carlota Mondlane**, a **Juíza Nadira Padamo**, o **Juiz Anselmo Julio Inácio**, a **Juíza Felicidade da Conceição Arnaldo R. Fremo**, o **Juiz José Macaringue** e o **Juiz Hermenegildo Chambal**. A **Juíza Isabel Celeste Hulilapi**, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UIJLP, ressaltou a importância da união associativa e destacou a significativa importância da atuação da UIJLP para a justiça em Angola. A **Juíza Sandra Francisca de Rimbane Fungulane Emilio**, agradeceu pelo acolhimento da Delegação de Moçambique promovido pela AMB. O Presidente da UIJLP, **Juiz Carlos Pedro Mondlane**, dirigiu uma palavra de encerramento, oportunidade em que mencionou que a reunião para a UIJLP é de grande importância para reafirmar os compromissos com o Poder Judiciário. A Assembleia Geral Ordinária foi encerrada pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral, **Juíza Isabel Celeste Hulilapi**, às 13:35 horas.---

--Nada mais, para constar foi lavrada a presente ata que, depois de lida e revista pelo Secretário Executivo da UIJLP, **Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto**, foi assinada por mim **Juiz Marcos Antonio de Souza Lima**, Secretário *ad hoc* para o ato. Foz do Iguaçu, Paraná, República Federativa do Brasil, ao primeiro dia de novembro de 2024.

Juiz Marcos Antonio de Souza Lima.





2º TABELIONATO DE NOTAS

Tabellião: Cyriaco Tacely Dornelles Junior
Rua Benjamin Constant, n.º 63, Centro - Cep: 85851-380 - Foz do Iguaçu - PR
Fone/Fax: (45) 3028-2845 - atendimento@notasfoz.com.br



Selo nº SFTN1.VGxRb.FmrUH-14KOV.F477g
Consulte esse selo em <https://selo.funarpe.com.br/consulta>
Reconheço por VERDADEIRO a assinatura de:

MARCOS ANTONIO DE SOUZA LIMA

Em Teste da Verdade
Foz do Iguaçu - Paraná, 11 de novembro de 2024

Andréia Rockenbach Anaclcto

Emol.: R\$12,07, Funrejus: R\$3,02, Selo(s): R\$1,0
ISSQN: R\$0,64. Total: R\$17,33



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

BRASIL

APOSTILLE

(Convention de La Haye du 5 octobre 1961)

1. País: (Country / Pays):		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
Este documento público (This public document / Le présent acte public)			
2. Foi assinado por: (Has been signed by / A été signé par)		Andréia Rockenbach Anaclcto	
3. Na qualidade de: (Acting in the capacity of / Agissant en qualité de)		Escrevente	
4. Tem o selo / carimbo de: (Bears the seal / stamp of / Est revêtu du sceau / timbre de)		2º Tabelionato de Notas em Foz do Iguaçu - PR	
Certificado (Certified / Attesté)			
5. Em: (At / À):	FOZ DO IGUAÇU	6. No dia: (The / Le):	11/11/2024
7. Por: (By / Par):	LARISSA LAUERMANN		
8. Nº: (Nº / Sous nº):	2805075-24		
9. Selo / Carimbo: (Seal / Stamp / Sceau / Timbre)	10. Firma: (Signature)		Assinatura Eletrônica Electronic Signature Signature Électronique



2º TABELIONATO DE NOTAS
Tabellião: Cyriaco Tacely Dornelles Junior
Rua Benjamin Constant, n.º 63, Centro - Cep: 85851-380 - Foz do Iguaçu - PR
Fone/Fax: (45) 3028-2845 - atendimento@notasfoz.com.br

Selo nº SFAH5.m7YNa.sV4oj-DWeJ3.F47
Consulte esse selo em <http://selo.funarpe.com.br/consulta>

Apostilamento do Haja
Foz do Iguaçu/PR, 11 de novembro de 2024

Larissa Lauermann - Escrevente

Tipo de Documento: Ata de Assembleia Geral Ordinária da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa
Nome do titular: Reconhecimento de firma: Marcos Antonio de Souza Lima
(Name of holder of document / Nom du titulaire)

Esta Apostila certifica apenas a assinatura, a capacidade do signatário e, quando apropriado, o selo ou carimbo constantes no documento público. Ela não certifica o conteúdo do documento para o qual foi emitida.

This Apostille certifies only the signature, the capacity of the person signing it and where appropriate, the seal or stamp which the public document bears. It does not certify the content of the document for which it was issued.

Cette Apostille ne certifie que la signature, la qualité en laquelle le signataire de l'acte a agi, et, le cas échéant, les sceau ou le timbre dont cet acte public est revêtu. Elle ne certifie pas le contenu de l'acte pour lequel elle a été émise.

A autenticidade desta Apostila e de sua assinatura eletrônica bem como o documento público subjacente, podem ser verificadas em:

The authenticity of this Apostille and its electronic signature, along with the underlying public document, may be verified at:

L'authenticité de cette Apostille, de la signature électronique, ainsi que de l'acte public sous-jacent peut être vérifiée sur:

A presente Apostila foi firmada com assinatura eletrônica, conforme a Lei nº 11.419/2006.

This Apostille was electronically signed in accordance with Law nº 11.419/2006.

Cette Apostille a été signée par une signature électronique, d'après la Loi nº 11.419/2006.

Dúvidas a respeito desta Apostila entrar em contato com a Ouvidoria do CNJ.

Any questions about this Apostille may be directed to the Ombudsman of the CNJ.

Veuillez contacter l'Ombudsman de la CNJ pour toute question relative à cette Apostille.

Por favor, utilize este QR Code para checar a autenticidade desta Apostila e de sua assinatura eletrônica. Uma cópia do documento público subjacente também está disponível na mesma página.

Please use this QR Code to check the authenticity of this Apostille and its electronic signature. A copy of the underlying public document is also accessible from the same page.

Utilisez ce code QR pour vérifier l'authenticité de cette Apostille et de sa signature électronique. Une copie de l'acte public sous-jacent est également disponible sur la même page.



Código (Code / Code)
2805075-24
CRC
72BC6316



(61) 3772-7800

<https://apostil.org.br>

servicos@cnjcf.org.br

009203038

BR 080341 009203038